



*Memoria del Foro Bienal Iberoamericano de Estudios del Desarrollo, 2013.
Simposio de Estudios del Desarrollo. Nuevas rutas hacia el bienestar social, económico y ambiental.
Sede: Universidad de Santiago de Chile, Chile, del 7 al 10 de enero de 2013.*

Representações do desenvolvimento e estratégias de desenvolvimento local

Márcio Carneiro dos Reis*

Resumo

Como as representações do desenvolvimento se apropriam dos atributos e das práticas sociais locais de modo a propor estratégias de desenvolvimento local? O trabalho se propõe a refletir sobre esta questão, tendo em conta os resultados de pesquisa realizada com o objetivo de identificar e classificar estratégias de desenvolvimento local, segundo as representações do desenvolvimento que se encontram em disputa. A análise das teorias de desenvolvimento dos anos pós-guerra e daquelas, mais recentes, que tratam ou impactam a construção de estratégias de desenvolvimento local permitiu a caracterização das representações e o levantamento de critérios, dentre eles o valor que se dá àquelas práticas e a percepção dos atributos locais como recurso social ou fator de produção. Obteve-se, como principal resultado, que as formas de apropriação das práticas sociais e as estratégias daí decorrentes se encontram distribuídas entre dois extremos: elas podem ser apropriadas com vistas à inserção dos locais em redes globais de trocas mercantis, ou elas podem ser apropriadas de modo a ampliar as possibilidades em relação às estratégias de sobrevivência das famílias e das comunidades, sendo a inserção em redes de troca mercantis apenas uma opção, reproduzindo assim o velho dilema entre preservação da ordem ou sua transformação.

Palavras-chave: Projetos políticos em disputa; Representações do desenvolvimento; Teorias do desenvolvimento; estratégias de desenvolvimento local; Desenvolvimento endógeno.

Resumen

En las representaciones del desarrollo y se apropian de los atributos de las prácticas sociales locales, a fin de proponer estrategias de desarrollo? El trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre este tema, teniendo en cuenta los resultados de la investigación realizada con el objetivo de identificar y clasificar las estrategias de desarrollo local, de acuerdo con las representaciones de desarrollo que están en disputa. El análisis de las teorías del desarrollo de los años de la posguerra y de ellos, más reciente, que trata o el impacto de la construcción de estrategias de desarrollo local permitió la caracterización de las representaciones y los criterios de elevación, entre ellos el valor que se da a esas prácticas y percepciones de atributos locales como recurso social o factor de producción. Se obtuvo como resultado principal, que las formas de apropiación de las prácticas sociales y las estrategias derivadas de las mismas se distribuyen entre dos extremos: se pueden visualizar con la inclusión adecuada de las redes locales de intercambio mundial de productos básicos, o pueden ser apropiadas con el fin de ampliar las posibilidades en relación con las estrategias de supervivencia de las familias y las comunidades, con la introducción de redes de intercambio mercantil sólo una opción, reproduciendo así el viejo dilema entre la preservación del orden o transformación.

Palabras-chave: Estrategias de desarrollo local; Teorias del desarrollo; Representaciones del desarrollo

Abstract

How do the development representations borrow both attributes and local social practices in order to offer strategies for local development? This paper intends to consider this question based on results of a research made with the aim to identify and classify strategies of local development according to the development representations which are under argumentation and dispute. The analysis of the development theories of the post-war years and the theories that, more recently treated and caused an impact on the construction of strategies for local development, allowed the characterization of the representations and selection of criteria, among them, the value given to the social practices and the perception of the local attributes as being a social resource or a factor of production. The main result obtained is that the different appropriation forms of the social practices and its strategies can be found distributed between two extremes: they can be appropriated with the intention to insert the local among the global nets of trade market or appropriated in order to raise the possibilities related to strategies of families and community survival. The insertion among the global nets of trade market is just an option though, therefore reproducing the old dilemma between the preservation of the order or its transformation.

Key words: Development representations; Strategies for local development; endogenous development; political projects in dispute; attributes and local social practices

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Vila Velha (PPGSP/UVV/ES/Brasil). Doutor em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ/Brasil). Desenvolve trabalhos na linha de pesquisa Políticas Públicas e Questões Contemporâneas (PPGSP). Líder do Grupo de Pesquisa Território Inovação e Desenvolvimento (CNPq). Pesquisador junto ao Grupo de Pesquisa Organizações, Estratégias e Capital Social (UFSJ) e do Núcleo de Estudos Urbanos e Socioambientais (NEUS/UVV). Pesquisador Associado do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CERESAN/CPDA/UFRRJ).

1. Introdução.

Em relação aos anos 1950/1980, a reflexão em torno do desenvolvimento teve que ampliar o foco para considerar outros objetivos que não os econômicos e também o deslocamento do espaço privilegiado para sua promoção em direção às esferas locais e supra estatais. Além disto, o Estado deixou de ser o principal agente promotor do desenvolvimento em favor da sociedade civil e de grandes empresas, o que foi acompanhado de uma mudança na forma de se planejar e implementar ações desenvolvimentistas. O espaço local passa então a ser visto como um espaço para a promoção do desenvolvimento, mediante a atuação de diferentes atores, onde se destacam as suas respectivas capacidades de articulação e mobilização, como também a estrutura social e o ambiente que os cerca.¹

Em meio a essas transformações, se por um lado o debate sobre desenvolvimento se intensificou, por outro pode se argumentar – e não sem razão – em favor da pouca utilidade da própria noção de desenvolvimento, como faz o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2000:28): *A falência da miragem do desenvolvimento é cada vez mais evidente, e, em vez de se buscarem novos modelos de desenvolvimento alternativo, talvez seja tempo de começar a criar alternativas ao desenvolvimento.* Corrobora neste sentido o fato de que, na América Latina, por exemplo, depois de mais de cinquenta anos de políticas desenvolvimentistas, entre os resultados mais significativos encontra-se o aumento do passivo socioambiental existente (Maluf, 2000).

A despeito disto, nos últimos vinte ou trinta anos, milhares e milhares de experiências que apontam para o desenvolvimento local foram colocadas em prática ao redor de todo o mundo, colocando em evidência seu caráter endógeno. Essas experiências despertaram uma força criativa das populações locais sem precedentes, que só foi possível pelo desenvolvimento de formas de articulação entre atores locais e não locais, estatais e não estatais também inédita, criando e recriando espaços de concertação diferentes dos que prevalecia nos anos posteriores à Segunda Grande Guerra. Esforços vêm sendo feitos de modo a recolher essas experiências, catalogá-las e estudá-las para criar uma espécie de massa crítica que venha a permitir sua replicação, com o intuito de contribuir para que o sentido da melhora inerente à ideia de desenvolvimento efetivamente se estabeleça. No entanto, a observação feita por Maluf (2000) mencionada acima parece que vem ganhando força a cada dia.

¹ França & Vaz & Silva (2002); Coelho (1996); Dowbor&Bava (1996); Dowbor (2003 a e b); Bava (1996); Camarotti&Spink (2001); Franco (2000); Klink, (2001); Defourny et. al (1997); Cocco& Galvão & Silva (2003); Buarque (2004), entre outros.

Em meio a essas idas e vindas das reflexões sobre desenvolvimento e da ampliação dos problemas concretos relacionados, é possível notar que o debate levado nos anos pós-guerra vem sendo paulatinamente esquecido, talvez pela percepção que se tem do planejamento realizado pelo Estado naquele período, *desgastado por sua história de intervenção autoritária e não compartilhada com outros atores sociais* (Coelho, 1996, p. 59). É nesse contexto que se propõe no presente trabalho analisar e classificar estratégias de desenvolvimento local à luz do que a seguir será denominado de “representações do desenvolvimento”, estabelecendo uma relação entre as discussões sobre desenvolvimento nos anos pós-guerra e as discussões sobre desenvolvimento local na atualidade. Talvez, ordená-las dessa forma permitirá enxergar mais claramente o caminho trilhado e os obstáculos que estão colocados para a construção de estratégias mais eficazes.

A discussão aqui contida possui alguns pressupostos. São eles: o caráter endógeno do desenvolvimento local e o caráter simbólico das discussões sobre desenvolvimento. O primeiro implica a participação dos atores locais e toma como o ponto de partida dos processos de desenvolvimento os “atributos e as práticas sociais locais”. O segundo implica considerar que a proposição de estratégias de desenvolvimento parte de uma associação específica entre o que se compreende dos processos históricos e o que se considera desenvolvimento. Assim, o fato de atores e atributos locais terem que fazer parte leva a perguntar: como “as práticas sociais locais” são percebidas e apropriadas, isto é, incluídas nas estratégias de desenvolvimento local por aqueles que as propõem?

Para respondê-la, Reis (2006, 2008) desenvolveu a noção de representações do desenvolvimento. Elas consistem na articulação de ideias que apontam para um futuro melhor, mesmo que este futuro não venha a se confirmar. Sendo assim, as representações do desenvolvimento:

- Possuem um caráter que é simbólico, porque propor ações que visam o desenvolvimento renova as esperanças e amplia as perspectivas dos atores que convivem em um determinado território.
- Trazem embutidas estratégias/ações que desencadearão os processos de desenvolvimento. Estas estratégias, no entanto, pressupõem uma determinada leitura da realidade. Sua elaboração pressupõe o domínio de um quadro conceitual que permite a articulação entre a compreensão dos processos em curso com as estratégias e ações que apontam para o futuro melhor.

- São de propriedade dos projetos políticos que se encontram em disputa. “Projetos políticos”, assim, são aqui definidos a partir da propriedade que grupos políticos exercem sobre as “representações do desenvolvimento”.

Disto decorre que os processos de desenvolvimento são desencadeados por um conjunto de ações que objetivam a sua promoção. Refere-se aqui a uma ação consciente, que tem duas implicações: agir sobre a realidade implica a definição a priori do sentido da ação, isto é, do sentido que os processos de desenvolvimento devem tomar; e implica também o reconhecimento dessa realidade segundo, é claro, a percepção daqueles que irão realizar a ação. Esse reconhecimento se confunde com uma determinada leitura dos processos históricos, de onde se extrai o sentido da melhora que se espera do desenvolvimento. Em outras palavras, é o olhar sobre os processos históricos, para transformá-los em processos de desenvolvimento, que importa. É com base nesse olhar – e no arcabouço teórico que se encontra por detrás dele – que estratégias para a promoção do desenvolvimento são construídas. E elas são construídas no âmbito dos projetos políticos, de forma condizente com o sentido de melhora que lhes é pertinente (REIS, 2006, 2009).

Posto isto, no tópico seguinte, com base principalmente em Przeworsky (1991; 1995) e Bobbio (1995), será proposto um *Framework conceitual* que permite relacionar estratégias para a promoção do desenvolvimento, projetos políticos em disputa e arcabouços teóricos nas Ciências Sociais. Ficarão então em evidência quatro grandes projetos políticos que, atualmente, disputam a hegemonia em torno da proposição de estratégias para a promoção do desenvolvimento. Esses projetos são: o liberal-conservador e o liberal-democrático, ambos assentados em uma perspectiva “funcionalista”, de corte analítico-dedutivo; o social-democrático, fundamentado em uma perspectiva “marxista”, dialética e materialista; e o projeto político ecológico, assentado em uma perspectiva sistêmica.

Neste tópico, o autor ainda analisa a Teoria Desenvolvimentista da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe CEPAL. Sua inclusão no contexto das teorias do desenvolvimento do período pós-guerra se deve à sua importância na construção de estratégias de desenvolvimento e também pela sua contribuição em termos de se pensar os enfoques de desenvolvimento local na atualidade, sobretudo a partir de seus desdobramentos em termos das contribuições de Hirschman e Furtado, como será visto. O tópico termina com a apresentação de um conjunto de critérios para se avaliar enfoques e estratégias de desenvolvimento local.

O terceiro tópico, intitulado “Enfoques de desenvolvimento local”, traz a análise de um conjunto de contribuições que impactam a construção de estratégias de desenvolvimento local

na atualidade. Essas contribuições foram aqui divididas em três grupos: as contribuições que estabelecem uma relação forte entre instituições e desenvolvimento local; as contribuições que se valem do conceito de capital social na sua forma expandida, considerando capital humano, econômico, ambiental, cultural; e aquelas contribuições que se valem do conceito de solidariedade social para construir estratégias de desenvolvimento local. Por fim, nas considerações finais, a análise desses enfoques é feita com base nos critérios apresentados no tópico 2, propondo uma resposta à questão apresentada: Como as representações do desenvolvimento se apropriam dos atributos e das práticas sociais locais de modo a propor estratégias de desenvolvimento local?

2. Projetos políticos em disputa.

Com base em Przeworsky (1991), pode-se dizer que as estratégias de ação para a promoção do desenvolvimento estão ligadas a projetos políticos que se encontram em disputa. Esse autor, ao propor uma discussão em torno da “encruzilhada” em que se encontra o “capitalismo democrático”, aponta para a disputa pela hegemonia entre três projetos políticos distintos: o primeiro, de cunho liberal-conservador, baseado na capacidade regulacionista do mercado; outro, de cunho liberal-democrático, que procura fazer uma associação entre capitalismo e democracia; e um terceiro, social-democrata, oriundo das formulações marxistas e socialistas (Przeworsky, 1991: 241-260). De acordo com esse autor, a social-democracia foi uma saída encontrada pelos movimentos de esquerda para continuarem lutando pela transformação estrutural do capitalismo, dada a não prevalência de condições históricas que possibilitassem, por meio de um processo de ruptura, a instauração de uma ordem socialista.

Em contraposição, os projetos liberais, embora convergentes no sentido de postularem a crença na ordem que se estabeleceu com o avanço da economia de mercado, divergem pelo quanto eficiente são as forças de mercado no sentido de regularem a dinâmica social. Essa divergência implica dois tipos de relação: do ponto de vista da perspectiva liberal-democrática, falhas do sistema de mercado implicam maior intervenção do Estado e instituições democráticas para “filtrar” os interesses divergentes e proporcionar o bem-estar. Já do ponto de vista da perspectiva liberal-conservadora, a despeito do fato de existir ou não falhas no sistema de mercado, não há nenhuma garantia que essas falhas possam ser corrigidas pelo Estado, dadas as suas próprias falhas, de modo que o mercado se torna a instituição democrática por excelência (Przeworsky, 1995).

Norberto Bobbio, por seu turno, ao tratar dos arcabouços teóricos hoje em voga para dar conta do problema do Estado, acusa a presença de uma corrente *funcionalista*, que se preocupa

com o *problema da conservação social*; uma segunda, marxista, que *se preocupa essencialmente com o problema da mudança social*; e uma terceira, mais recente, a teoria dos sistemas, que procura “propor um esquema conceitual para analisar como as instituições políticas funcionam, como exercem a função que lhes é própria, seja qual for a interpretação que delas se faça.” (Bobbio, 1995:58-61).

Com as contribuições desses autores, é possível estabelecer dois tipos de relações: entre arcabouços teóricos e projetos políticos; e entre esses e diferentes leituras da história e dos processos de desenvolvimento. A seguir, tratar-se-á mais detalhadamente dessas relações e também serão pontuados os desdobramentos das contribuições cepalinas para a discussão aqui proposta.

2.1. Arcabouços teóricos, projetos políticos e leituras da história.

O arcabouço teórico dito funcionalista por Bobbio, preocupado com o problema da conservação social, se distribui em dois projetos políticos, vistos sob a ótica de Przeworsky: o projeto liberal-conservador e o projeto liberal-democrático. O arcabouço teórico marxista, por sua vez, preocupado com o problema da transformação social, se condensa nas propostas políticas socialdemocratas, além daquelas que dizem acerca das estratégias de ruptura, desconsideradas por Przeworsky pela consideração da inexistência de condições políticas para tanto.

A terceira corrente, denominada por Bobbio de teoria dos sistemas, preocupada com o funcionamento das instituições, não é explicitamente contemplada por Przeworsky enquanto projeto político. Mas, o apontamento de sua existência e, sobretudo, do seu método sistêmico de abordagem, com relação às questões relativas ao desenvolvimento, parece ser de significativa importância, por se colocar como alternativa metodológica ao positivismo lógico e ao materialismo histórico. Fala-se aqui da emergência da perspectiva ecológica no tratamento das questões relativas ao desenvolvimento.

Embora essa perspectiva venha representando uma inovação na forma de se pensar as relações humanas, de maneira integrada ao meio do qual fazem parte e, de acordo com Santos (2000:90), prenhe do estabelecimento de uma nova visão do mundo não dualista, seus resultados, em termos práticos, ainda são bastante modestos. Além disto, do ponto de vista teórico, esses resultados têm tendido a uma espécie de funcionalismo estrutural (Domingues, 1999:34), limitação que partilha com as demais abordagens metodológicas.

A segunda relação que se pode estabelecer ocorre entre esses arcabouços teóricos e projetos políticos e uma particular leitura acerca dos processos de desenvolvimento, a eles

inerente. No que respeita à compreensão dos processos de desenvolvimento, de maneira predominante e não exclusiva, senão nos seus tipos mais puros, a) relacionado à perspectiva marxista e crítica do capitalismo e seus desdobramentos em termos do projeto político social-democrata, nos termos de Przeworsky, está uma associação predominante entre riqueza e poder; b) relacionado à perspectiva funcionalista e seu desdobramento em termos de ambos os projetos liberais, está uma associação predominante entre funcionamento dos mecanismos de mercado e níveis de bem-estar; e, c) relacionado à perspectiva sistêmica e seus desdobramentos em termos de projetos políticos, está uma associação predominante entre uso de recursos naturais e qualidade de vida, inclusive das gerações futuras.

Assim, por exemplo, na literatura de origem marxista e crítica, quase não se encontra, se é que se encontra, a expressão “bem-estar”, a não ser para fazer referência a uma forma que o Estado assumiu em lugares e momentos específicos da história. Da mesma forma, a expressão “funcionamento dos mecanismos de mercado”, quando é encontrada, o é em meio a um argumento com vistas a criticar a abordagem econômica liberal. O mesmo acontece com seus desdobramentos críticos, contidos na Teoria do Sistema Mundial.²Aqui, o centro do argumento encontra-se na dinâmica do processo de acumulação de capital, tal como em Braudel, que pressupõe uma ligação direta entre os proprietários da riqueza e o poder emanado do Estado. A seguinte passagem, extraída de um texto famoso de 1956, quando Paul Sweezy critica as políticas keynesianas, dizendo que os autores que lhes dão conteúdo “isolam o sistema econômico de seu contexto social”, talvez seja suficiente para ilustrar o que aqui queremos dizer.

A pressuposição da reforma liberal é a de que o Estado na sociedade capitalista é, pelo menos potencialmente, órgão da sociedade como um todo e pode funcionar no interesse dela como um todo. Historicamente, como já vimos na análise feita no Capítulo XIII, o Estado na sociedade capitalista tem sido sempre o primeiro e mais destacado defensor das relações de propriedade capitalista. Nessa qualidade tem sido, inequivocamente, o instrumento do domínio da classe capitalista. (Sweezy, 1982:380).³

Tanto uma expressão como a outra – “bem-estar” e “funcionamento dos mecanismos de mercado”, por outro lado, quando juntas, fazem parte dos argumentos liberais, quando o assunto é ordem, progresso e desenvolvimento. Nessa literatura, já há muito tempo, desde os autores utilitaristas do século XIX, e seus seguidores da Escola Austríaca, que encontraram explicação para a existência concomitante de ricos e pobres nos valores morais e no somatório dos esforços

²Considera-se aqui Teoria do Sistema Mundial todo um desdobramento da teoria crítica em ciências sociais, o qual vem sendo realizado a partir das contribuições de Braudel, Polanyi, Wallerstein, entre outros. Ver, por exemplo, os trabalhos contidos em Fiori (1999), Arrighi (1995 e 1997). A designação “Teoria do Sistema Mundial” é devida a Boaventura de Sousa Santos (Santos, 2000).

³ Ver também Tavares & Fiori (1993); Hirst & Thompson (1998); Brunhoff (1991); Vilarreal (1986); Benjamin (1998); Forrester (1997); Romo (1988); Boyer (1990); Chesnais (1998); etc.

individuais, não se faz referência ao problema da concentração da renda e da riqueza. Nesta perspectiva, ficou como legado, implicitamente estabelecido, a não existência de associação entre propriedade da riqueza e acesso aos mecanismos de poder, pela apologia que se faz da democracia representativa e dos mecanismos de mercado, como instigadores dos valores pessoais, fonte da conquista de qualquer bem-estar individual e coletivo.

No caso da literatura oriunda da teoria dos sistemas, por sua vez, pôs-se em evidência as relações entre as formas humanas e não-humanas de existência, percebendo-as, ambas, como estruturas vivas e interdependentes. A pergunta em torno de como o homem se interage com o meio ambiente levantou então questões acerca da sustentabilidade dos ecossistemas, quando ficou em relevo a forma como se explora e o uso que se faz dos recursos naturais. A qualidade da vida humana, no presente e no futuro, passou assim a estar intrinsecamente relacionada à maneira não apenas de como se explora esses recursos, mas também à relação que os grupos humanos mantêm com o meio ambiente.

Dessa forma, as expressões “qualidade de vida” e “uso de recursos naturais”, significando aqui não apenas as formas de exploração desses recursos, mas também o conjunto das relações que se verifica entre os meios antrópico, físico e biótico, são próprias dessa literatura e a ideia de sustentabilidade é a ponte que liga uma à outra. Aqui, por um lado, a expressão “qualidade de vida” vai além da noção de “bem-estar”, por incorporar outros valores, não estritamente econômicos, aos problemas relacionados ao desenvolvimento; por outro, traz no seu conteúdo uma crítica às formas como os recursos naturais são explorados, consumidos e descartados quando se alcança níveis de “bem-estar” antes considerados razoáveis: o padrão de vida de um norte-americano de nível médio, por exemplo.⁴

A literatura circunscrita naquilo que se pode designar sob o signo do desenvolvimento, assim, se vale e promove essas três associações predominantes: riqueza e poder; eficiência de mercado e níveis de bem-estar; e, mais recentemente, uso de recursos naturais e qualidade de vida, inclusive das gerações futuras. A inclusão dessa última associação no debate sobre desenvolvimento foi tão completa que, desde os anos 1990, é raro encontrar referência ao tema, seja do ponto de vista teórico, seja do ponto de vista de políticas e programas para a promoção do desenvolvimento, que não esteja acompanhada de uma preocupação ambiental, a despeito do fato de que a literatura que trouxe esse tema à baila também não vem sendo capaz de oferecer

⁴ Ver, por exemplo, Seitz (1991), Capra (1982), Vasconcelos (2002), Vaillancourt (1995a e b) e os trabalhos contidos em Daly (1989). Em Inglehart (1995 e 1997) encontramos também uma tentativa de demonstrar que estamos passando por uma revolução de valores, quando passará a predominar, entre outros, valores relacionados a uma relação mais harmônica do homem com a natureza. Em Jacobs (2001), encontramos uma discussão sobre desenvolvimento, a partir de uma perspectiva sistêmica.

respostas sustentáveis aos problemas colocados para o desenvolvimento, como acima foi pontuado. Além disso, pelo mundo inteiro criaram-se partidos verdes, movimentos ambientalistas, ONGs com o objetivo de “defender a natureza” e promover o desenvolvimento sustentado. A literatura que promove as outras associações, nesse sentido, vem procurando incorporar em suas análises e propostas políticas a dimensão ambiental do desenvolvimento, embora o diálogo entre elas ainda permaneça difícil de ser estabelecido.

A despeito dessa dificuldade, dada a generalização do uso de expressões desenvolvidas no seio da perspectiva sistêmica, por um lado, e o relativo pequeno sucesso até o momento do projeto político ambientalista, pode-se dizer que suas propostas políticas e parte de seu discurso foi como que subsumido sobretudo pelos discursos inerentes aos projetos políticos social-democrático e liberal-democrático.

Talvez não seja exagero observar que, no caso dos desdobramentos da perspectiva marxista, a falta de desenvolvimento é decorrente da injustiça social que se expressa na concentração da riqueza e na forma particular como essa se encontra associada, sobretudo desde o desabrochar da modernidade, ao exercício do poder inerente aos Estados-Nação. No segundo caso, da perspectiva liberal, pontua-se como virtude o fato da humanidade ter conseguido progredir substancialmente em relação às limitações naturais, que colocava o homem em condição quase semelhante à dos animais, podendo assim se defender da fome, do frio, da peste, o que frequentemente está associado ao uso da razão, ao fortalecimento dos laços comerciais e ao fim do absolutismo enquanto forma predominante de existência do Estado. Isto porque se percebe o todo social como resultado de um conjunto de ações racionais auto-interessadas. Ainda no contexto da perspectiva liberal, nas sociedades onde os indivíduos isolados mantêm relações mediadas por instituições que favorecem as relações mercantis, o sucesso material e o bem-estar geral estão mais próximos, digamos assim, diferentemente daquelas em que as condições institucionais não progrediram nesse sentido.

No caso da perspectiva ecológica, dominar os processos naturais coloca em risco a própria existência humana, por desconsiderar a interação existente, a interconexão entre os sistemas humanos e os demais sistemas. Isso porque o holismo contido na perspectiva sistêmica, além de considerar que cada sistema se mantém, se reproduz e se transforma, leva em conta os fluxos de interdependência entre os sistemas e os seus mecanismos de coordenação (Capra, 1982; Vasconcelos, 2002). Nesse caso, o fato de, nos seus processos de manutenção, reprodução e transformação, os sistemas humanos terem desconsiderado sua interdependência com os outros sistemas, colocou em risco não apenas suas próprias condições de existência.

Se nesse último caso a façanha do desenvolvimento é pelo menos em grande medida colocada em dúvida pelas conseqüências que trouxe para a ecologia humana, social e da natureza em geral, no primeiro caso, o da perspectiva marxista e crítica e sua vertente socialdemocrata, não há (ou pelo menos não havia) uma dúvida “forte” com relação à ocorrência do desenvolvimento, mas com relação à forma concentrada social e regionalmente com que ele aconteceu.

Dessa forma, do ponto de vista “do que fazer”, respectivamente, numa perspectiva que se aproxima do socialismo, distribuir a riqueza, como forma de promover a justiça social, estariare relacionada a mais democracia, isto é, um acesso mais eqüitativo às instâncias de poder e aos processos decisórios, o que garantiria a manutenção de mecanismos institucionais de redistribuição dos acréscimos ao estoque de riqueza existente, impedindo a sua reconcentração; numa perspectiva que se aproxima da defesa do capitalismo, criar instituições que permitam uma maior eficiência dos mecanismos de mercado, levaria ao aprofundamento da divisão social do trabalho, o que, por sua vez, permitiria a socialização dos ganhos de produtividade oriundos da especialização produtiva, pela participação nas redes, democráticas por princípio, de trocas mercantis; e, por fim, numa perspectiva ecológica, transformar as formas prevalentes de produção e consumo, no sentido de compatibilizá-las com o “funcionamento” dos diversos ecossistemas terrestres, implicaria promover-lhes a sustentabilidade (ambiental), isto é, permitir-lhes-ia conjuntamente a sua manutenção, reprodução e transformação, o que corresponderia a garantir o equilíbrio entre eles e, portanto, a melhora da qualidade de vida dos grupos humanos e garantia de melhores possibilidades de sua existência no futuro.

Evidentemente, fala-se aqui de extremos, de modo que também é possível perceber diversas interações entre essas maneiras de se entender os processos de desenvolvimento, bem como de se construir estratégias para a sua promoção. De qualquer forma, e indiferente a isso, o que está posto acima impõe duas conclusões:

- Que as representações do desenvolvimento, pelo menos as aqui consideradas, e suas diversas possibilidades de interação, padecem do fato de conter, no seu conjunto, uma linha muito tênue entre o que é e o que deve ser e, em alguma medida, pode-se atribuir essa sutileza, com Elias (1991), ao caráter de “ação” contido no verbo “desenvolver”; e
- Que processos de desenvolvimento são processos históricos, mas nem todo processo histórico coincide com processos de desenvolvimento, os quais possuem, no seu cerne, algo relativo à idéia de melhora, melhora da condição da existência humana.

- Assim, no primeiro caso, houve melhora apenas para alguns, às custas dos demais; no segundo, houve melhora, mas apenas para aqueles que fizeram por onde; e, no terceiro, piorou para todos, para os que estão vivos e para os que estão por nascer.

2.2.A teoria desenvolvimentista da CEPAL

Desde a segunda metade do século XIX, até o terceiro quarto do século XX, os projetos políticos acima mencionados disputavam a capacidade dos Estados Nacionais de intervenção sobre a realidade para a implementação de estratégias para a promoção do desenvolvimento. Até o período entre - guerras prevalecia a percepção liberal-conservadora dos processos históricos. Entre os anos 1950 e 1980, a percepção prevalecente era a liberal-democrática, apoiada pelo projeto político social-democrático. Dos anos 1980 em diante, voltou a prevalecer o projeto político liberal-conservador.

Contudo, foi entre os anos 1950/1980 que as discussões acerca do desenvolvimento chegaram ao seu auge. A motivação principal para que isso tenha acontecido foi a superposição de uma teoria econômica que justificava a intervenção do Estado no funcionamento dos mecanismos de mercado – o keynesianismo –, por sobre a leitura da história inerente ao projeto liberal-democrático. Em outras palavras, a percepção da realidade inerente ao projeto liberal-democrático foi aprimorada de forma significativa, elevando o seu estoque de capital simbólico, com a apropriação de uma teoria econômica que propunha, por meio da intervenção estatal, a elevação e a manutenção em níveis elevados do bem-estar social.⁵

Paralelamente, as contribuições surgidas no âmbito da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – forneceram também subsídios teóricos importantes para a orientação das ações dos governos nacionais de países subdesenvolvidos no sentido da superação dessa condição via industrialização.⁶ A realidade, nesse contexto, era percebida a partir de Estados Nacionais relativamente independentes, no que respeita à formulação de estratégias para a promoção do desenvolvimento, mas desiguais no que respeita ao poder econômico e político a eles inerentes. As trocas econômicas e as relações políticas entre os

⁵ Interessante observar que o mesmo pode ser dito em relação à ascensão política do projeto liberal-conservador e seu suporte, em termos teóricos, na “Curva de Phillips, e no que se convencionou chamar de “hipótese das expectativas racionais”, associada à idéia de taxa natural de desemprego. Ver, nesse sentido, por exemplo, Froyen (1999). Esse conjunto desbancou a teoria keynesiana e levou de roldão a teoria desenvolvimentista da CEPAL.

⁶ Sobre a Teoria Desenvolvimentista da CEPAL e o debate brasileiro sobre desenvolvimentismo, ver Bielschowsky (1988).

países implicavam a promoção do desenvolvimento no centro do capitalismo e a manutenção do subdesenvolvimento nos países periféricos.

Nessa teoria, existia um certo hibridismo no que respeita à percepção dos processos econômicos e sociais. Isto é, internamente, percebiam-se os Estados Nacionais organizados em torno das classes de trabalhadores e capitalistas, de forma semelhante à teoria marxista. A desigualdade entre os países também se reproduzia internamente, do ponto de vista espacial, social e econômico.⁷ Externamente, a partir de uma construção original, questionava-se a idéia liberal de igualdade política entre os Estados Nacionais e também a teoria das vantagens comparativas de Ricardo, base da teoria econômica liberal do comércio internacional.

Além disto, a análise realizada pela CEPAL mostrava que, diferentemente do que as análises liberais tradicionais procuravam demonstrar, o subdesenvolvimento, da forma como estava colocado no contexto das relações internacionais, não era um estágio anterior à condição de desenvolvimento, mas sim uma espécie de “alimento” para as nações desenvolvidas, que perpetuava a condição de periféricos dos países não desenvolvidos. Nesse contexto, a idéia de melhora inerente a essa interpretação está relacionada à superação do subdesenvolvimento, o que se daria a partir da ação do Estado no sentido de internalizar os processos de acumulação de capital, retirando a limitação ao desenvolvimento imposta pela capacidade de exportar desses países.

Três pontos em comum entre ambas as teorias – Keynesianos e CEPAL – devem ser ressaltados: a) ambos são críticos em relação à teoria econômica neoclássica, inerente ao projeto liberal-conservador; b) ambos justificavam teoricamente a ação estatal para a promoção do desenvolvimento, seja ele entendido enquanto bem-estar social ou como industrialização; e c) em torno de ambos havia espaço para o acolhimento daqueles que pensavam o sentido do desenvolvimento como uma transformação da ordem social.

Mas uma diferença é importante de ser assinalada. Isto é, enquanto a CEPAL pensava em termos das relações entre países, a teoria keynesiana evidenciava as relações entre consumidores e empresas no interior dos próprios Estados Nacionais e, no mesmo contexto, a teoria marxista evidenciava as relações entre capitalistas e trabalhadores. Ou melhor, de uma certa forma a teoria desenvolvimentista da CEPAL operacionalizou a crítica marxista no que

⁷ De acordo com Sunkel, (2000:536), percebia uma tendência “a se produzir nos países, num dos extremos, uma divisão entre espaços físicos, grupos sociais e atividades econômicas avançados e modernos e, no outro, espaços físicos, grupos sociais atividades econômicas atrasados, primitivos, marginalizados e dependentes.”

respeita ao imperialismo, visto como “fase superior do capitalismo” (Lênin, 1985), apontando um caminho para a superação das desigualdades entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

A implicação daquela diferença, no entanto, é interessante, porque pontua duas questões: a identificação dos atores e dos fluxos no cenário internacional; e o questionamento, em termos dos sentidos da melhora, inerentes à idéia de desenvolvimento implícitos nas construções marxista e liberal. Isto é, os sentidos da melhora, pensando nos países e regiões subdesenvolvidas, estão dados pelos caminhos trilhados pelos países desenvolvidos?

O deslocamento da territorialidade para se pensar o desenvolvimento do plano nacional para o plano local veio acompanhado da diversificação dos atores e dos fluxos prevaletentes no cenário internacional. Esses fluxos se ampliaram, incorporando um conjunto de atores, além dos Estados-Nação e das grandes empresas envolvidas nos fluxos internacionais de mercadorias e capitais, de modo que outros canais e outros objetos de intercâmbio no plano internacional surgiram ou ficaram mais evidenciados.

Essa observação é particularmente importante para o tema do desenvolvimento local, na medida em que sua promoção vem estando baseada na conformação de redes que envolvem atores locais, regionais, nacionais e globais, estatais, não estatais e supra-estatais, oriundos da sociedade civil organizada ou de empresas ou ainda de organizações internacionais. Nesse contexto, o intercâmbio se ampliou significativamente para além dos fluxos tradicionais. Redes de tecnologias alternativas; de experiências de desenvolvimento local; de comércio solidário de mercadorias; de ajuda internacional; de recursos e modelos de desenvolvimento; etc. fornecem conteúdo a uma parte significativa de experiências de desenvolvimento local.

Os estudos nesse sentido se voltaram para a compreensão da formação e articulação de redes; do papel do terceiro setor; e não raro os Estados subnacionais se empenham em pesquisas para identificar junto a atores internacionais e nacionais a disponibilidade de recursos sobre as quais pautam suas práticas desenvolvimentistas. Encontram-se então projetos de desenvolvimento local financiados por grandes empresas, como a Petrobrás; por organizações de países, como o PPG-7 – Grupo dos Sete Países mais desenvolvidos; por instituições nacionais e internacionais com motivação religiosa; pelo Banco Mundial; por fundações dos mais diversos tipos, etc.

Além disto, há que se pontuar o fato de que as contribuições da CEPAL e seus desdobramentos trouxeram uma discussão importante para o entendimento das diferentes formas de se apropriar das práticas sociais locais no sentido de se promover o desenvolvimento local, qual seja: a discussão acerca dos sentidos da melhora que se pretende com as estratégias

para a promoção do desenvolvimento. Neste sentido, Celso Furtado questiona o caminho que os países subdesenvolvidos devem trilhar para alcançar o desenvolvimento, checando a proposição de que o subdesenvolvimento é um estágio anterior ao desenvolvimento, quando essa situação é pensada a partir dos países centrais. A seguinte passagem, extraída do Prefácio à Edição Francesa de *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, é esclarecedora:

Uma tradição persistente, que vem de Marx até Hicks, pretende que a explicação dos processos econômicos nos países mais avançados na industrialização seria suficiente para o entendimento do que ocorre nas economias de desenvolvimento retardado. Sendo assim, aos países atrasados, não cabe senão trilhar os caminhos já conhecidos, beneficiando-se da experiência daqueles que se encontram em estágios mais adiantados. O ponto de vista do autor desse livro é fundamentalmente distinto. O subdesenvolvimento é aqui tratado como fenômeno coetâneo do desenvolvimento, consequência da forma como se vem propagando até nossos dias a revolução industrial. (Furtado, 1979).

Isto é, sejam as leituras da história inerentes à perspectiva liberal, ou a perspectiva da história inerente à teoria marxista, ou mesmo as estratégias de emparelhamento implícitas no projeto político da CEPAL, em termos de desenvolvimento as diferenças entre os países eram diferenças de nível, de modo que desenvolver, do ponto de vista dos países não desenvolvidos, seria algo parecido com emparelhar com os países desenvolvidos. Essa perspectiva, aos olhos de Furtado, impõe aos países e povos chamados de não desenvolvidos um caminho a ser trilhado.

Nesse contexto, a participação ou não dos atores locais (nacionais, dos países subdesenvolvidos) nos processos de desenvolvimento assumiu grande importância, que fica ainda mais ressaltada quando se evidencia a questão de quão respeitadas eram as culturas locais (nacionais, no caso) e os seus recursos naturais quando da formulação e implementação de estratégias para a promoção do desenvolvimento. Em outras palavras, na forma em que as questões relacionadas ao desenvolvimento estavam colocadas para os países subdesenvolvidos, existia uma tensão muito clara entre atores locais e não-locais, tensão essa que se estendia para a utilização de recursos naturais e para seus efeitos sobre as culturas locais.

Assim, por detrás das contribuições da CEPAL e de seus desdobramentos expressava-se um conflito significativo em torno das direções que os processos de desenvolvimento deveriam tomar e também acerca do papel que atores locais e não-locais deveriam ter nesse processo. Aparentemente, tomar os atores locais como um dado e suas práticas sociais como um ponto de partida para a promoção do desenvolvimento resolve os problemas colocados pelos desenvolvimentistas nos anos pós-guerra. Isto é, esvazia as críticas realizadas no passado em relação aos sentidos da melhora que se espera dos processos de desenvolvimento. Mas será que de fato elas perderam o sentido?

Hirschman,⁸ em vários momentos de sua obra, desafia a concepção acima de desenvolvimento, dizendo que não há um caminho único a ser seguido; que as tentativas de adequar a história dos lugares a concepções de desenvolvimento do capitalismo deturpa a história dos lugares e sua própria realidade; que, nos processos de desenvolvimento, devem se valorizar os processos tanto quanto os objetivos e, ao se proceder dessa forma, está-se valorizando seus atores e os processos sociais. Além disto, o desenvolvimento ocorre quando se tem pessoas certas cercadas por boas pressões e que há várias possibilidades quando os processos de desenvolvimento se iniciam, não sendo de grande valia antecipar grande parte de seus resultados, muito menos quando se procura fazer isto a partir de uma teoria única – a “monoeconomia”.

Dessa forma, Hirschman coloca em questão os objetivos do desenvolvimento, isto é, o sentido da melhora que desses processos se espera, bem como as ações no sentido de promovê-lo e a concepção de processos de desenvolvimento que se encontra por detrás dessas ações. Ele subverte a noção predominante de desenvolvimento, fazendo com que o sentido do progresso deixe de ser tão evidente, da mesma forma que as ações e os processos que se desencadearão para que o desenvolvimento ocorra.

A noção de subdesenvolvimento implícita na teoria desenvolvimentista da CEPAL carrega por um lado a de intervenção sobre a realidade para que os processos de desenvolvimento ocorram; mas, por outro, traz em si uma divergência em relação aos rumos do processo de desenvolvimento. Isto é, se aceita a priori que o caminho a ser percorrido pelo mundo subdesenvolvido já foi trilhado pelos países desenvolvidos – as estratégias de emparelhamento; ou questiona-se essa trajetória linear em favor do respeito às diferenças culturais locais, aos objetivos locais, etc.

Em outras palavras, as questões que advêm da problemática do desenvolvimento que se desdobra a partir das contribuições de Furtado, Hirschman e da CEPAL podem ser vistas de duas formas: ou se atém aos sentidos do desenvolvimento dado pelos países desenvolvidos, ou se desvia desse sentido, respeitando as culturas e as práticas locais. No primeiro caso, os rumos do desenvolvimento já estão dados: o mundo ou os setores da sociedade não desenvolvidos teriam um único caminho a seguir, isto é, o das sociedades desenvolvidas, não deixando espaço para alternativas que possam vir a compreender os sentidos da melhora e os processos que lhes são inerentes de forma diferente.

⁸ Estamos aqui nos baseando em Hirschman (1986a; 1986b; 1996;2000), além de Wilber & Francis, (1988).

Vendo esta questão do ponto de vista do desenvolvimento local, o que fica em evidência é o seguinte: quando se toma a participação dos atores não locais nos processos de desenvolvimento como natural e, ao mesmo tempo, baseia-se os processos de desenvolvimento nas culturas, práticas e nas ações dos atores locais, corre-se um grande risco de deixar de questionar exatamente o sentido que esses processos irão tomar. Isto porque, de qualquer forma, as forças do desenvolvimento são buscadas em fatores endógenos, de modo que os atores locais se tornam corresponsáveis pelos resultados das ações para a promoção do desenvolvimento local.

Além disto, parte da crítica realizada no passado à participação de atores não locais nos processos de desenvolvimento nacionais se apoiava nas manifestações das culturais locais, como forma de se afirmar o que é diferente do que prevalecia na “ordem internacional”. Mas como o desenvolvimento local de uma forma geral se apóia fundamentalmente nessas manifestações, bem como na atuação dos atores locais, o próprio sentido da distinção acima se perde. Atores e manifestações culturais locais estão presentes em todas as ações para a promoção do desenvolvimento local e a crítica em si perde muito de sua força.

Nesse caso, a determinação a priori dos sentidos da melhora pode se manifestar de outra forma. Isto é, os esforços realizados podem estar sendo orientados por concepções de desenvolvimento, por sentidos da melhora, que foram estabelecidos previamente. No caso do desenvolvimento local, no entanto, esses sentidos se abrem para além dos sentidos predominantes no pós-guerra, orientados por fatores econômicos. Isto pode ocorrer por dois motivos: primeiro, pela prevalência dos atores não locais nos processos de financiamento, definição de estratégias, imposição de modelos, etc.;⁹ segundo, pela sua diversidade. Isto é, a atuação dos atores não locais se fundamenta em práticas as mais diversas: religiosas, políticas, ambientais, econômicas, ligados a gênero, etnia, educação, amamentação materno-infantil, direitos humanos, etc.

Assim, numa primeira aproximação, parece existir uma espécie de cortina de fumaça que encobre as discussões sobre desenvolvimento local e que dificulta perceber a forma específica pela qual as práticas sociais são apropriadas pelas representações do desenvolvimento. Mas, a partir das questões suscitadas em meio à problemática do desenvolvimento nos anos pós-guerra, das contribuições da CEPAL e das críticas que a partir dessas contribuições surgiram, pode-se pensar em alguns critérios que permitem avaliar a forma específica através da qual as práticas sociais locais são apropriadas pelas representações do

⁹ Um exemplo é o receituário ortodoxo do FMI – Fundo Monetário Internacional que, num primeiro plano, atinge a esfera dos Estados Nacionais, mas que reverberam por toda a estrutura administrativa subnacional.

desenvolvimento e como elas impactam estratégias de desenvolvimento no plano local. Esses critérios são os seguintes:

- O sentido do valor – se positivo ou negativo – que se atribui àquelas práticas;
- A relação entre essas práticas sociais e o sentido da melhora que se espera, de modo que elas podem ser apropriadas com vistas à inserção dos locais em redes globais de trocas mercantis, ou elas podem ser apropriadas de modo a ampliar as possibilidades em relação às estratégias de sobrevivência das famílias e das comunidades, sendo a inserção em redes de troca mercantis apenas uma opção;
- A importância que se atribui ao questionamento da ordem dominante na concepção das representações do desenvolvimento e na formulação de estratégias para a promoção do desenvolvimento local;
- O lugar que o Estado ocupa na apropriação das práticas sociais locais, isto é, se ele existe enquanto contraposição à sociedade civil e ao mercado ou se ele é visto como parte dessas práticas, possibilitando o redirecionamento do seu papel na construção de estratégias de desenvolvimento local;
- O grau de integração do local em relação aos processos mais gerais da sociedade e a autonomia que possui o local de alterar os processos históricos em direção aos processos de desenvolvimento.

3. Enfoques de desenvolvimento local

As teorias e enfoques que impactam a construção de estratégias de desenvolvimento local, em face da ampliação dos sentidos da melhora e da natureza endógena do desenvolvimento local, vêm reformulando as teorias prevaletentes nos anos 1950/1980 e utilizando conceitos como solidariedade; capital social; redes sociais; desenvolvimento endógeno; criatividade da vida cotidiana; territórios; governança; inovações; cooperativismo; associativismo; custos de transação; dentre outros, com o intuito de apreender os processos históricos locais e transformá-los em processos de desenvolvimento. A seguir se propõe organizá-las em três grandes grupos: as contribuições que têm em comum associar os processos sociais e instituições ao problema do desenvolvimento; aquelas que se valem de uma perspectiva ampliada de capital (capital social, capital humano, capital cultural, capital produtivo e capital ambiental) com ênfase para o conceito de capital social; e a idéia de solidariedade social (economia solidária; economia popular e solidária e economia social).

3.1. Instituições e desenvolvimento local

Na perspectiva que relaciona instituições com desenvolvimento local, podem ser observadas duas grandes tendências: a primeira reformula o conceito de inovações em Schumpeter (1982), para vê-las surgindo a partir de uma dinâmica social partilhada por diversos atores; a segunda parte de uma crítica à teoria neoclássica, mais precisamente à idéia de racionalidade ilimitada e de que o fluxo de informações é perfeito.

Em meio à primeira tendência, autores como os social-construtivistas (Bijker, 1997; Callon, 1997, dentre outros) e Lundvall (1997), incluem na compreensão dos processos históricos a criatividade da vida cotidiana e acabam por demonstrar que tal inclusão leva a uma incerteza quanto aos processos históricos, de onde se deriva a pluralidade de caminhos para se pensarem os sentidos dos processos de desenvolvimento. Em outras palavras, essas análises ultrapassam a visão tradicional, que percebia a ação individual e coletiva como sendo racional, orientada por meios e fins (Weber), ou ainda pela busca do lucro extraordinário, no caso do empresário schumpeteriano, abrindo espaço para perceber a criatividade da e na vida social cotidiana.

Desse modo, a vida social não é programada e não estão dados os objetivos de cada um. O eixo da análise, assim, mudou, no sentido de tornar possível a compreensão da ação social a partir da criatividade, da subjetividade, da inovação. E, percebendo dessa forma a organização da vida social, permitem que se relacione a criatividade social com as condições que levam à inovação e às novas formas de se perceberem os processos de desenvolvimento, marcados pela incerteza e pela diversidade de possibilidades.

Ainda em meio a esta primeira tendência e, diante do aumento da competitividade no plano global, uma outra vertente se vale das análises neo-schumpeterianas. De acordo com Diniz e Crocco (2006:19), a linha neo-schumpeteriana avança na compreensão dos determinantes e condicionantes das mudanças técnicas. Para esses dois autores, em consonância com o argumento neo-schumpeteriano, *“a inovação é a arma central da competição e do crescimento.”* Duas proposições então surgem: a) a elaboração de estratégias deve levar em conta as especificidades locais; e b) em consequência, devem existir políticas diferenciadas em função dos condicionantes estruturais de cada país ou região.

De acordo com Storper (1994), por exemplo, as inovações são fruto de uma ação coletiva, territorialmente definida, porque as decisões individuais estão conectadas às decisões de outros agentes e, portanto, marcadas pela incerteza e dependentes de um conjunto de símbolos que permite, por meio de regras, normas e instituições, a comunicação e a coordenação das expectativas e intenções dos atores. Existem, assim, convenções coerentes que permitem e que informam as decisões dos atores.

Dosi (1988), por sua vez, afirma que a criatividade tem um lugar central nos processos sociais, sugerindo ambos que inovação e criatividade têm tendido a ser vistos mais como processos sociais e coletivos, do que individuais. Aponta, assim, para o fato de que existe uma diferença fundamental entre informação e conhecimento e a transformação de um em outro, no contexto da atividade de resolver problemas, está baseada na aglutinação de competências, *visions*, na arte de descobrir (*heuristics*), o que, por sua vez, tem como pressuposto básico o processamento da informação. Relativamente a isso, a inovação encontra-se baseada numa variedade de conhecimentos que, inevitavelmente, incluem instituições públicas, experiências e acumulação de competências.

Outros autores vêm buscando associar instituições com inovações para promover o desenvolvimento endógeno, também dado o aumento da competitividade intercapitalista no âmbito global. A proposição fundamental aqui é que deve haver um processo de adequação institucional de modo a aumentar o grau de cooperação entre os atores locais, principalmente pequenas e médias empresas, inclusive aquelas que atuam no setor informal, aumentando assim o intercâmbio de experiências e facilitando o acesso à inovação.

Abdelmalki&Courlet (1996), por exemplo, se valem do conceito de SPL - Sistemas Produtivos Localizados –, para compreender o papel das iniciativas autônomas, da democracia, da cultura e das instituições descentralizadas, nas transformações que afetam as economias em desenvolvimento. Faz-se, dessa forma, referência “*aos espaços originais do desenvolvimento*”: distritos tecnológicos, S.P.L., territórios de industrialização, clusters; bem como a lógicas institucionais, territoriais, familiares, profissionais, e estatais. As instituições, neste contexto, são vistas como externalidades positivas associadas às interdependências e complementaridades tecnológicas, à infra-estrutura existente e aos fluxos de informações, implicando a redução da incerteza e a garantia da possibilidade de mediação de conflitos. Assim, as instituições fornecem a estabilidade necessária à reprodução e à mudança da sociedade.

Sachs (2002)¹⁰ propõe, dentre outras, um conjunto de políticas de modo a facilitar o acesso das micro e pequenas empresas ao crédito; construir estratégias para facilitar o acesso aos mercados e a criação de “*tecnocentros*”, onde ocorreria adifusão de conhecimento tecnológico, se valendo do conceito de “*empreendedorismo compartilhado*”. Do ponto de vista do desenvolvimento territorial integrado e sustentável, devem-se evitar soluções “*uniformizadas para todo o país*”, acatando as especificidades de cada território, quando a idéia de arranjos produtivos locais merece destaque. Esses arranjos são vistos como aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum

¹⁰Essa é uma publicação patrocinada pelo SEBRAE – Nacional – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Brasil.

vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

Seguindo uma linha diferente, já que o ponto de partida é o questionamento do fluxo perfeito de informações e a idéia de agente econômico presente nos modelos neoclássicos,¹¹ tem-se a contribuição proveniente da Nova Economia Institucional (NEI). Também relacionando instituições com desenvolvimento, Douglas North, por exemplo, afirma que o desempenho econômico é função das instituições e de sua evolução. Essas instituições constituem *as regras do jogo* a partir das quais os atores, que agem de forma auto-interessada, se orientam. As instituições são formadas, segundo o autor, para reduzir incertezas por meio da estruturação das interações humanas, o que não significa implicitamente que os resultados serão eficientes, no sentido dado a esse termo pelos economistas. As incertezas se expressam nos custos de transação e o maior componente do custo de transação é a informação assimétrica. A assimetria de informações advém da diversidade de modelos mentais a partir dos quais os agentes, atores ou ainda empresários se valem para tomar suas decisões.

Os modelos mentais têm três origens: a cultura, definida como a transferência de uma geração a outra de conhecimentos, valores e outros fatores que afetam o comportamento, variando radicalmente entre grupos étnicos e entre sociedades; a experiência, que tem uma conotação local, ou seja, é específica a determinado entorno e, portanto, varia bastante de um ambiente a outro; e o aprendizado, que não é definido nem cultural, nem localmente. Na medida em que o aprendizado, que não é definido nem culturalmente nem localmente, se superpõe aos modelos mentais formados a partir da experiência local e da cultura que se transfere de geração para geração, os custos de informação tendem a diminuir e, em consequência, os custos de transação, potencializando o desempenho econômico de indivíduos e instituições. Segundo North,

A infra-estrutura institucional que precisa ser criada exige um afastamento das organizações sociais, políticas e econômicas centradas em laços familiares, além da promoção de organizações e instituições que possam aparar as inseguranças associadas à extrema interdependência de uma economia de especialização e mercados impessoais (North, 1992:29).

O que aqui se percebe é que o autor encontra uma nova resposta para a teoria do desenvolvimento econômico proveniente da teoria política e econômica liberal, na sua versão mais conservadora: o emparelhamento político-institucional. Em termos de desenvolvimento local, dessa forma, a perspectiva da NEI implica que as práticas sociais locais se organizem em torno de instituições que favoreçam o funcionamento dos mecanismos de mercado, mais do que

¹¹ Ver, por exemplo, sobre as hipóteses básicas da teoria neoclássica e sua evolução, Kupfer&Hasenclever (2002); sobre a NEI e suas relações com a economia neoclássica, ver Fusfeld (2001).

promovendo as liberdades de comerciar e emprender: na verdade pressupondo que a vida das pessoas deva se organizar estritamente em torno do estabelecimento de relações mercantis, para que o bem-estar coletivo seja maximizado.

Em meio às contribuições analisadas acima, é importante chamar a atenção para o fato de que, na perspectiva da NEI, embora o caminho para o desenvolvimento já esteja dado, isto é, a intensificação dos laços mercantis entre pessoas, não se atribui valor algum às práticas sociais locais. Para as demais contribuições, estas práticas são consideradas importantes para a promoção do desenvolvimento. Contudo, elas se diferenciam pelo fato de que, no caso das análises de Lundval e dos social-construtivistas, os caminhos do desenvolvimento estão marcados pela incerteza e pela pluralidade de caminhos; para as análises que se desdobram da perspectiva neo-schumpeteriana, as práticas sociais locais possuem um valor instrumental, cujo objetivo último é a inserção do local, de forma vantajosa, em redes de trocas mercantis, a partir do que o desenvolvimento seria promovido.

3.2. Capital social

De acordo com Putnam &Goss (2003), capital social é uma idéia que se encontra entre o compromisso cívico e a participação em redes sociais, desde laços pessoais até as associações civis. A idéia central que perpassa o conceito de capital social, ainda de acordo com os autores, é a de confiança: *La confianza lubrica la vida social* (Putnam &Goss, 2003:14). Nesse sentido, os autores mantêm um diálogo com a economia neoclássica, para acentuar o fato de que o capital social pode ser visto como um bem privado e também como um bem público, que interfere no desempenho econômico de comunidades e países, como também no desempenho social e no desempenho político de regiões e países.

ParaSkidmore (2001), da mesma forma, níveis elevados de desempenho econômico e bem-estar social de famílias, comunidades, regiões e países estão associados ao volume de capital social por elas acumulado. Redes de firmas; redes de agentes econômicos; redes de comunidades regionais (Valentim, 2003) se organizam, mas fundamentalmente, de acordo com essa última autora, o capital social, no mundo moderno, tende a se tornar cada vez mais decisivo para o sucesso econômico. A idéia de capital social como ativo, ainda de acordo com a autora, se estende para a idéia de capital cultural e também para a idéia de capital humano, evidenciando, para além da dimensão econômica, a dimensão sócio-cultural dos processos de desenvolvimento, quando os valores e as instituições tornam-se fundamentais.

A estratégia, portanto, de elevação do bem-estar social e, em consequência, promoção do desenvolvimento local, comunitário, etc., estaria na criação das condições para a ampliação do capital social respectivo, vale dizer, de equiparação ao que se considera desenvolvido em relação aos aparatos institucionais locais, regionais e até mesmo nacionais, sem perder o foco no mercado. Para tanto, são necessárias mudanças político-institucionais, inovações institucionais, melhor dizendo, como, por exemplo, está presente nas contribuições oriundas da NEI e dos SPL. Nesta perspectiva, isto é, na perspectiva que toma o conceito de capital social como fator de produção, tal como para os que se valem do conceito de SPL, as práticas sociais são valorizadas, mas num sentido instrumental. E este sentido coincide com as proposições inerentes à NEI.

Woolcock (2001), por outro lado, chama a atenção para o fato de que parte da bibliografia a respeito do capital social o percebe como uma espécie de panacéia. De acordo com esse autor, a difusão do conceito está relacionada à experiência e intuição do cidadão comum, por um lado e, por outro, no “*vacío conceptual*” que pode ser observado tanto na economia quanto na sociologia, quando se pretende “*lidar seriamente con las dimensiones sociales.*” (Woolcock, 2001:5). O conceito permite, ademais, uma abordagem multidisciplinar incomum nas ciências sociais.

O conceito de capital social passa então a ter outros dois atributos diferenciadores: ao mesmo tempo poder se desvencilhar do discurso econômico predominante e servir de base para se pensar em maneiras diferentes, não necessariamente centradas no mercado, de se minimizar as diversas formas de incerteza que permeiam a vida em geral das populações excluídas. Bebbington (s/d), no mesmo sentido, se vale das noções de capital produtivo, capital humano, capital social, capital natural e capital cultural como forma de construir uma nova percepção das realidades pessoais, familiares e comunitárias que permita não apenas entender as formas como as pessoas vivem, mas como elas podem pensar, a partir do que dispõem, suas escolhas e estratégias de vida, de modo a superar a posição de fragilidade social na qual se encontram.¹²

Do ponto de vista do desenvolvimento, esse último sentido dado ao conceito de capital social amplia ainda mais as possibilidades do conceito. Ao invés então de se ficar restrito à pergunta “de que as comunidades, as pessoas, as famílias dispõem para se inserir em redes de troca mercantis globais?”, pode-se ampliá-la para “de que recursos as pessoas, as famílias, as comunidades dispõem para diminuir suas carências, ascender socialmente, ampliar suas perspectivas?” Ambos relacionam observação da realidade e construção de estratégias, mas no

¹² Ver também Bebbington [et al] (2002) e Woolcock&Narayan (2000).

primeiro caso a observação da realidade, o aspecto metodológico do conceito, está subsumido, condicionado pelo sentido das estratégias a serem construídas; no segundo caso, ocorre o contrário: a construção de estratégias está condicionada à observação da realidade e ao que os atores pretendem fazer de suas próprias vidas.

Em outras palavras, a análise acima aponta para o fato de que esse conceito vem tendo duas aplicações. Essas aplicações divergem no sentido de que, na primeira delas, o conceito é utilizado como instrumento para construção de estratégias de desenvolvimento, nas quais o sentido do desenvolvimento já está dado – a inserção em redes de troca mercantis –; na segunda, o conceito é utilizado como instrumento metodológico de percepção da realidade, quando o sentido do desenvolvimento não necessariamente está dado e a inserção em redes de trocas mercantis é apenas uma possibilidade, recuperando a idéia de incerteza e pluralidade de caminhos contida nas contribuições social-construtivistas, como também na de Lundval, vistas acima.

3.3. Solidariedade social

Outras interpretações partem da idéia de que existe uma ordem predominante que “sufoca” as realidades locais, provocando a exclusão social, o fechamento dos horizontes de parcelas significativas das populações, as quais não conseguem se inserir nas redes de troca mercantis. O sentido da melhora aqui está relacionado com a inclusão social ou com a transformação da ordem social. Seja, no entanto, num sentido ou noutro, as estratégias se valem de dois princípios norteadores que são as relações de solidariedade, em contraposição ao individualismo incitado pela evolução do capitalismo; e a autogestão, em contraposição à centralização dos processos de decisão, derivados tanto da propriedade dos meios de produção, quanto da competência científica. E o cooperativismo é a melhor expressão dessas estratégias.

Assim, no âmbito da economia popular e solidária, são encontrados dois significados. O primeiro está ligado ao que vem sendo chamado de “nova economia social”; o segundo, à economia popular e solidária propriamente dita. O que existe em comum entre ambas é que o ponto de partida, além da referência ao início do movimento cooperativista, é uma crítica ao avanço do capitalismo e a exclusão social que provoca. No entanto, no primeiro caso, não se pretende necessariamente uma transformação da ordem social, mas a criação de condições para se promover a inclusão social. Esse é o conteúdo básico das contribuições provenientes do que se convencionou chamar de “Nova Economia Social”.¹³

¹³ Ver, por exemplo, Azurmendi (1996);Lindenfeld&Wyin (1996);Defournyet al (1997); Barea et al (1999).

O diagnóstico que se faz neste contexto teórico parte do fato de que, desde meados dos anos 1970, a economia social ou solidária vem ressurgindo em face da intensificação da concorrência intercapitalista e da ascensão das propostas neoliberais, quando houve a desestruturação do Estado do Bem-Estar Social. A atuação aqui se dá no espaço deixado entre a economia de empresa privada ou grande empresa e a economia pública. A preocupação principal é com o desemprego, a desocupação e com a inclusão social de grupos marginalizados. Entre esses estão os deficientes físicos, por exemplo. O cooperativismo e o apoio à pequena e média empresa seriam formas de promover o emprego e a inserção de forma mais vantajosa na lógica dos mercados. Ao mesmo tempo, o associacionismo seria uma maneira de compensar as políticas públicas faltantes.

Com um sentido semelhante, mas percorrendo um caminho diferente, isto é, procurando aplicar os padrões institucionais de Polanyi à compreensão dos processos sociais, França e Laville (2004) argumentam que a crise de valores, associada à crise econômica, fazem surgir propostas ligadas à economia solidária. Estas propostas lançam sobre os *espacios públicos de proximidade* uma nova articulação entre economia e política, evidenciando laços horizontais de associacionismo e cooperativismo, que redefinem a economia para além do mercado. A economia solidária, dessa forma, vem preencher o vazio deixado pela crise da solidariedade implícita nos sistemas nacionais de proteção social, ao mesmo tempo em que se coloca como alternativa à idéia de modo cooperativista de produção.

Em outras interpretações, realiza-se uma crítica frontal ao modo de produção capitalista. Nesse caso, as estratégias buscam a transformação da ordem social, da forma como podemos observar nos debates sobre desenvolvimento dos anos pós-guerra. Ficam aqui em evidência as contribuições de Paul Singer (2003), Jose Luís Coraggio (1997) e Basco & Laxalde (2005). Estes autores buscam entender as melhores alternativas de desenvolvimento local, não perdendo de vista a diferença entre países desenvolvidos e não desenvolvidos e, tampouco, a necessidade de intervenção estruturante do Estado no sentido de provocar ações não paliativas, isto é, que de fato abarquem o conjunto das pessoas instaladas em um determinado território, visando promover-lhes a qualidade de vida e a ampliação de suas possibilidades.

Para Singer (1993), além das questões relacionadas à necessidade, decorrentes da expansão do capitalismo, há uma tendência identitária dos trabalhadores com formas econômicas solidárias. Essa diversidade permite *formular a hipótese de que ela poderá se estender a todos os campos da atividade econômica*, o que é possível na medida em que se garantam as bases de sustentação da economia solidária. Essa base deve ser constituída por fontes de financiamento; redes de comercialização; assessoria técnico-científica; formação

continuada dos trabalhadores e apoio institucional e legal por parte das autoridades governamentais. É preciso também formar um setor integrado de empresas e instituições solidárias.

Coraggio (1997), por seu turno, vendo a questão a partir dos países subdesenvolvidos, percebe as propostas incluídas no que ele denomina de *economia social* como insuficientes para a promoção do desenvolvimento humano. Segundo o autor, o principal investimento a ser realizado é em capital humano. Esse investimento deve pressupor uma sociedade com elevados níveis de concentração de renda, o que implica que soluções do tipo “via mercado” devem ser desconsideradas. Para investir nas pessoas, no interior do sistema capitalista, as soluções políticas passam pelo Estado, considerando pelo menos dois pontos: a diferença estrutural entre os países desenvolvidos e os países não desenvolvidos; e o fato de que as estratégias devem ser de cunho estrutural e estruturante, organizadas no âmbito do Estado Nacional. Desta forma, as ações estruturantes aqui vão além do emparelhamento institucional, como também além do apoio a esse ou àquele setor, sendo que o mesmo pode ser dito em relação ao estímulo à organização da sociedade civil.

Seguindo o caminho aberto por Coraggio, Basco & Laxalde (2005) mesclam os dois conceitos – capital social e economia solidária – e introduzem a noção de *proceso de acumulación del capital social*. Esse processo consistiria na passagem do capital social simples para o capital social ampliado. *Capital social simples* corresponde a um conjunto de relações de baixa complexidade, como laços familiares, de vizinhança, etc., caracterizadas por não possuírem nenhum grau de formalização. Já a idéia de capital social ampliado se caracteriza pela presença de relações mais complexas, nas quais os grupos e instituições estabelecem vínculos com outros grupos e instituições, que se desdobram em associações, redes ou federações, com maiores graus de formalização e que se desenvolvem a níveis mais macro. As implicações do capital social acumulado dessa forma são maior grau de participação e maiores graus de consciência, seja em relação à idéia de pertencimento, seja em relação às condições e circunstâncias de vida dos membros em conjunto. Neste contexto, o desenvolvimento seria promovido por meio da potencialização das relações sociais já existentes.

4. Considerações finais

As teorias e enfoques que impactam a construção de estratégias de desenvolvimento local, em face da ampliação dos sentidos da melhora para além dos objetivos econômicos e da natureza endógena do desenvolvimento local, vêm reformulando as teorias prevaletentes nos anos 1950/1980. E, embora em parte significativa dos casos as teorias e enfoques que impactam a

construção de estratégias para o desenvolvimento local não façam referência explícita às questões colocadas pelo debate em torno do desenvolvimento nos anos pós-guerra, uma análise desses enfoques e teorias é capaz de revelá-los. E isto ocorre a despeito do fato de que não é possível uma transposição mecânica dos projetos políticos prevalentes no passado, em termos de desenvolvimento nacional, para as representações do desenvolvimento no presente, em termos de desenvolvimento local.

Mas, se no passado a ideia de preservação da ordem estava ligada à defesa do funcionamento dos mecanismos de mercado, com ou sem intervenção do Estado, encontramos no presente representações do desenvolvimento que são centradas no mercado; se, por outro lado, a ideia de transformação da ordem no passado estava relacionada à inibição do funcionamento dos mecanismos de mercado e/ou ao redirecionamento das ações do Estado para questões redistributivas, hoje encontramos enfoques e estratégias social-centradas.

Em síntese, tendo em conta os critérios levantados no final do tópico 2, “os atributos e as práticas sociais locais” são percebidas e apropriadas, isto é, incluídas nas estratégias de desenvolvimento local por aqueles que as propõem basicamente de quatro formas:

- i) Do Estado Territorial devem emanar regras: a) que democratizem o acesso dos atores, basicamente pequenas e médias empresas, aos mecanismos de funcionamento do mercado formal e intensifiquem as possibilidades de cooperação no interior das redes sociais, de modo a aumentar a competitividade dos locais nos mercados de uma forma geral; e b) que façam com que aquelas redes sociais, etc., tendam a se transformar em redes mercantis, caracterizadas pela impessoalidade e pela interdependência. Neste caso, contido nas propostas de Douglas North, as redes em si, seus conteúdos culturais e relacionais são completamente desvalorizados.
- ii) Devem ser realizados esforços no sentido de que aquelas redes se organizem de tal forma que possam servir para a promoção do crescimento econômico e do desenvolvimento. Nesse caso, se os conteúdos das redes sociais não são desvalorizados completamente, lhes é imputado um condicionamento virtuoso que implica a inserção mais vantajosa nas redes de troca mercantis e, em consequência, a responsabilidade sobre o crescimento e o desenvolvimento econômico.
- iii) Aquelas redes devem servir de base para promover a proteção social, dado o avanço do capitalismo e, ao mesmo tempo, para o aumento da competitividade de grupos locais organizados em cooperativas. Aqui, reconhece-se o valor das redes sociais, além de não se questionar totalmente a ordem dominante que, através das políticas públicas, é incapaz de prover as sociedades de serviços públicos universais. Ações nesse sentido estão presentes em algumas análises realizadas a partir da noção de capital social e de outras, contidas no que vem sendo chamado de “A Nova Economia Social”.

Memoria del Foro Bienal Iberoamericano de Estudios del Desarrollo, 2013.
Simposio de Estudios del Desarrollo. Nuevas rutas hacia el bienestar social, económico y ambiental.
Sede: Universidad de Santiago de Chile, Chile, del 7 al 10 de enero de 2013.

- iv) Aquelas redes devem servir de base não apenas para proteger a sociedade do avanço do capitalismo, bem como para fazer frente a ele, desenvolvendo os laços que a elas são característicos, em detrimento dos laços mercantis. Esta perspectiva está identificada com o que vem sendo chamado de economia popular e solidária. Ainda nessa perspectiva, o Estado deve intervir de forma estruturante, de modo a diminuir as desigualdades sociais e regionais, permitir investimento maciço em capital humano, promover a organização da sociedade civil e generalizar o acesso aos serviços públicos básicos.

5. Referências bibliográficas

- ABDELMALKI, L. & COURLET, C. (Org.) (1996): Les nouvelles logiques du développement: globalisation versus localisation. Paris, Éditions L'Harmattan.
- AGLIETTA, M. (1989): Compte rendu de "Philosophie de l'argent". Sociologie du travail, v. 31, n.2.
- ARRIGHI, G. (1996): O longo Século XX. São Paulo, Unesp.
- AZURMENDI, Baleren Bakaikoa (1996): The Future of Social Economy. In CORUJEIRA, Mari Mar Martinez [et al]: Social Economy and social participation: the ways of the basques. Madrid, Ed. Marcial Pons / GEZKI.
- BAREA, J. [et. All] (1999): Grupos Empresariales de la Economía Social en España. Valencia, España, CIRIEC – Centro Internacional de Investigación e Información sobre la Economía Pública, Social y Cooperativa.
- BARRO, Robert (1992): Novos-clássicos e keynesianos, ou os mocinhos e os bandidos. In Literatura Econômica, Número Especial. Brasília, ANPEC / IPEA – Junho de 1992.
- BASCO, Mercedes C. & LAXALDE, Maria Del Pilar F. (2005): Economía solidária y capital social: contribuciones al desarrollo local. Buenos Aires, Ed. Piadós.
- BAVA, Sílvia Caccia (1996): Apresentação. In BAVA, Sílvia Caccia (Org): Desenvolvimento Local: geração de emprego e renda. Publicações Polis N. 25. São Paulo, Polis.
- BEBBINGHTON, Anthony (s/d): Capitals and capabilities: A framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty in the Andes. A background paper for: Policies that work for sustainable agriculture and regenerating rural economies. International Institute for Environment and Development. Series Editor: Simon Croxton.
- BEBBINGHTON, Anthony [et al] (2002): El programa de cofinanciamiento de Holanda y sus contribuciones al desarrollo rural en las zonas altas de Perú y Bolivia: informe de síntesis. Bolder Colorado, September 2002.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo (1988): Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo; Rio de Janeiro; IPEA-INPES; 1988.
- BIJKER, W. et al (1997): The Social Construction of Technological Systems. London: The MIT Press. pp 17-51

- BOBBIO, Norberto (1995): Estado, Governo e Sociedade. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- BOURDIEU, P. (1989): O Poder Simbólico. Lisboa, Difel – Bertrand Brasil.
- BOYER, R. (1990): A Teoria da Regulação: uma análise crítica. São Paulo, Nobel.
- BRAUDEL, F. (1987): A Dinâmica do Capitalismo. S.P., Ed. Rocco,.
- BRUNHOFF, S. (1991): A Hora do Mercado: crítica do liberalismo. S.P., Unesp.
- BUARQUE, Sérgio C. (2004): Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro, Ed. Garamond.
- CALLON, M. & B. LATOUR (1986) “Comment Suivre les Innovations: clefs pour l’analyse socio-technique”, *Prospective et Santé*, 36, 1986,
- CALLON, M. (1981): “Some Elements of a Sociology of Translation: Domestication of the Scallops and the Fishermen of St. Brieuc Bay” in *Power, Action and Belief: A New Sociology of Knowledge*, K. Knorr-Cetina & A. V. Cicourel, Routledge, 1981
- CALLON, M. (1997): *Society in the Making: The Study of technology as a tool for sociological analysis*. In BIJKER, W. E. [et. All]: *The Social Construction of Technological Systems*. London: The MIT Press.
- CAMAROTTI, Ilka e SPINK, Peter (orgs) (2001): *Redução da pobreza e dinâmicas locais*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- CÁNEPA, Eugenio Miguel (2003): *Economia da Poluição*. In MAY, Peter H. [et al] (Org): *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. Rio de Janeiro, Ed. Elsevier.
- CAPRA, F. (1982): *O ponto de Mutação*. S.P., Ed. Cultrix.
- CHARTIER, R. (2001): Prefácio. In Elias, N.: *A Sociedade de Corte*. R.J., Jorge Zahar Editor.
- CHESNAIS, F. (Coord) (1998): *A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo, Xamã, 1998.
- COCCO, Giuseppe; SILVA, Geraldo e GALVÃO, Alexander Patez (2003): *Introdução: conhecimento, inovação e redes de redes*. In COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez e SILVA, Geraldo (orgs.): *Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação; tradução Eliana Aguiar*; Rio de Janeiro; DP&A; 2003.

*Memoria del Foro Bienal Iberoamericano de Estudios del Desarrollo, 2013.
Simposio de Estudios del Desarrollo. Nuevas rutas hacia el bienestar social, económico y ambiental.
Sede: Universidad de Santiago de Chile, Chile, del 7 al 10 de enero de 2013.*

- COELHO, Franklin Dias (1996): Reestruturação econômica, políticas públicas e as novas estratégias de desenvolvimento local. In BAVA, Sílvio Caccia (org.): Desenvolvimento Local: geração de emprego e renda. Publicações Polis N. 25. São Paulo, Instituto Polis.
- CORAGGIO, José Luis (1997): Alternativas para o desenvolvimento humano em um mundo globalizado. Revista Proposta, n. 72, p. 30-38, 1997.
- DALY, Herman E. (1989): Economía, Ecología, Ética: Ensayos hacia una economía en estado estacionario. México, Fondo de Cultura Económica.
- DEFOURNY, J. [et. All] (1997): Inserción e Nueva Economía Social: un balance internacional. Valencia, España, CIRIEC – Centro Internacional de Investigación e Información sobre la Economía Pública, Social y Cooperativa.
- DINIZ, Clélio Campolina & CROCCO, Marco (2006): Introdução – Bases teóricas e instrumentais da economia regional e urbana e sua aplicabilidade ao Brasil: uma breve reflexão. In DINIZ, Clélio Campolina & CROCCO, Marco (Orgs): Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes. BH, Editora UFMG.
- DOMINGUES, J. M.(1999): Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade brasileira contemporânea. Rio de Janeiro, Contra-CapaLivraria.
- DOSI, G. (1988a): “Sources, Procedures and Microeconomic Effects of Innovation”, Journal of Economic Literature, Vol XXVI.
- DOSI, G. (1988b): The Nature of the innovative process. In DOSI, G; FREEMAN, C.; NELSON, R.; SILVERBERG, G.; & SOETE, Luc: Technical Change and Economic Theory. London, Pinter Publishers.
- DOWBOR, Ladislau e BAVA, Sílvio Caccia (1996): Políticas Municipais de Emprego. In BAVA, Sílvio Caccia (org.): Desenvolvimento Local: geração de emprego e renda. São Paulo; Publicações Pólis, 25; 1996.
- DOWBOR, Ladislau (1996): A intervenção dos governos locais no processo de desenvolvimento. In BAVA, Sílvio Caccia (org.): Desenvolvimento Local: geração de emprego e renda. São Paulo; Publicações Pólis, 25; 1996.
- DOWBOR, Ladislau (2002): A Comunidade Inteligente: visitando as experiências de gestão local. In SPINK, Peter; BAVA, Sílvio Caccia e PAULICS, Veronika (orgs.): Novos Contornos da Gestão Local: Conceitos em Construção; São Paulo; Pólis; 2002.

Memoria del Foro Bienal Iberoamericano de Estudios del Desarrollo, 2013.
Simposio de Estudios del Desarrollo. Nuevas rutas hacia el bienestar social, económico y ambiental.
Sede: Universidad de Santiago de Chile, Chile, del 7 al 10 de enero de 2013.

- DOWBOR, Ladislau (2003a): A Reprodução Social Vol. III: Descentralização e participação: as novas tendências. Petrópolis, Ed. Vozes.
- DOWBOR, Ladislau (2003b): A economia da família. In ACOSTA, Ana Rojas e VITALE, Maria Amália Faller (orgs.): Família: Redes, Laços e Políticas Públicas; São Paulo; IEE/PUC-SP.; 2003.
- ELIAS, Norbert (1991): Quést-ce que la sociologie. Paris, Éditions de L'aube.
- FIORI, J. L.(1999a): Estados, Moedas e Desenvolvimento. In.: FIORI, J. L. (Org.). Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações. Petrópolis, Vozes, 1999.
- FIORI, J. L.(1999b): Introdução: De volta à questão da riqueza de algumas nações. In.: FIORI, J. L. (Org.). Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações. Petrópolis, Vozes, 1999.
- FORRESTER, V. (1997): O Horror Econômico. S.P., Unesp.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de & LAVILLE, Jean-Louis (2004): Economia Solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre, UFRGS Editora.
- FRANÇA, Cássio Luiz de ; VAZ, José Carlos e SILVA, Ivan Prado (orgs.) (2002): Aspectos econômicos de experiências em desenvolvimento local. São Paulo; Publicações Pólis, n. 40.
- FRANCO, Augusto de (2000): Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável; Brasília; Instituto de Política, Millennium; 2000.
- FROYEN, R. (1999): Macroeconomia. S. P., Saraiva.
- FURTADO, C. (1979): Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. São Paulo, Cia, Editora Nacional.
- GUIMARÃES, NadyaAraujo& MARTIN, Scott (2001): Descentralização, equidade e desenvolvimento: atores e instituições locais. In GUIMARÃES, NadyaAraujo& MARTIN, Scott (Orgs): Competitividade e Desenvolvimento: atores e instituições locais. São Paulo, Ed. Senac.
- HALL, N. [et. All.] (1996): The Urban Opportunity: the work NGOs in cities of the South. London: Intermediate Technology Publications.
- HAMLETT, Patrick W. (2003): Technology Theory and Deliberative Democracy. Science, Technology & Human Values.Vol. 28, No. 1.London, SAGE Publications.

- HIRSCHMAN, A. O.(1986a): A Economia como Ciência Moral e política. S. P., Brasiliense.
- HIRSCHMAN, A. O.(1986b): El Avance en Colectividad: experimentos populares en la América Latina. México, Fondo de Cultura Económica.
- HIRSCHMAN, A. O.(1996): Auto-Subversão: teorias consagradas em xeque. S.P., Cia. Das Letras.
- HIRSCHMAN, A. O.(2000): A Moral Secreta do Economista. São Paulo, UNESP.
- HIRSCHMAN, Albert O . (2002): As paixões e os interesses. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- HIRST, P. & THOMPSON, G. (1998): Globalização em Questão. Petrópolis, R. J., Vozes.
- HUGON, Philippe (1996): La dialectique du local et du global dans le développement. In ABDELMALKI, L. & COURLET, C. (Org.) (1996): Les nouvelles logiques du développement: globalisation versus localisation. Paris, Éditions L'Harmattan.
- ICAZA, Ana M. Sarria (2004): Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul. In GAIGER, Luiz Inácio: Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil. Porto Alegre, UFRGS Ed.
- INGLEHART, Ronald (1995): Public Support for Environmental Protection: objective problems and subjective values in 43 societies. PS: Political Science & Politics. 1995.
- INGLEHART, Ronald (1997): Modernization and Postmodernization: cultural, economic and political change in 43 societies. Princeton, Princeton University Press.
- JACOBS, Jane (2001): A Natureza das Economias. São Paulo, Beca Produções Culturais.
- JOAS, H. (1996): The Creativity of Action. Chicago, The University Chicago Press.
- JONES, Charles I. (2000): Introdução à Teoria do Crescimento Econômico. R.J., Campus.
- JUDET, Pierre (1996): La dialectique du global et du local: une nouvelle manière de penser la dynamique des économies en développement: présentation. In In ABDELMALKI, L. & COURLET, C. (Org.) (1996): Les nouvelles logiques du développement: globalisation versus localisation. Paris, Éditions L'Harmattan.
- KEYNES, J. M.: A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. S.P., Atlas, 1982.
- KIRAT, Thierry & SIERRA, Christophe (1996): Organisation territoriale, institutions et dynamique économique: repères théoriques. In ABDELMALKI, L. & COURLET, C.

Memoria del Foro Bienal Iberoamericano de Estudios del Desarrollo, 2013.
Simposio de Estudios del Desarrollo. Nuevas rutas hacia el bienestar social, económico y ambiental.
Sede: Universidad de Santiago de Chile, Chile, del 7 al 10 de enero de 2013.

(Org.) (1996): *Les nouvelles logiques du développement: globalisation versus localisation.* Paris, Éditions L'Harmattan.

KLINK, Jeroen Johannes (2001): *A cidade-região. Regionalismo e reestruturação no Grande ABC Paulista;* Rio de Janeiro; DP & A . Editora; 2001.

LIMA, Gilberto Tadeu [et.al] (1999): *Macroeconomia Moderna: Keynes e a economia contemporânea.* R.J., Campus,.

LINDENFELD, Frank e WYNN, Pamela (1996): *Why do some workers co-ops succeed while others fail? The role of internal and external social factors.* In CORUJEIRA, Mari Mar Martinez [et al]: *Social Economy and social participation: the ways of the basques.* Madrid, Ed. Marcial Pons / GEZKI.

LUNDEVALL, Bengt-Ake (1997): *The Globalising Learning Economy: implications for innovation policy. Report based contributions from seven projects under the TSER programme.* DG XII, Commission of the European Union.

MALUF, Renato S. J. (2000): *Atribuindo Sentido(s) à Noção de Desenvolvimento Econômico.* In *Estudos: Sociedade e Agricultura.* R.J., UFRRJ/CPDA, número 15, outubro de 2000.

NOBRE, Marcos (2002): *Desenvolvimento Sustentável: origens e significado atual.* In NOBRE, Marcos & AMAZONAS, Maurício de Carvalho (Orgs.): *Desenvolvimento Sustentável: a institucionalização de um conceito.* Brasília, Ed. IBAMA.

NORTH, Douglas (1992): *Custos de Transação, Instituições e Desempenho Econômico.* Rio de Janeiro, Instituto Liberal.

PINCH, T. J.(1996): "The Social Construction of Technology: A Review" in *Technological Change* ed. R. Fox, Harwood, 1996

POLANYI, K.(2000): *A Grande Transformação.* RJ, Campus.

Programa de Gestão Pública e Cidadania (2002): *Histórias de um Brasil que Funciona.* S.P., PGPC.

PRZEWORKSKY, Adam (1991): *Capitalismo e Social Democracia.* SP. Cia. das Letras.

PRZEWORKSKY, Adam (1995): *Estado e Economia no Capitalismo.* R. J., Relume-Dumará

Memoria del Foro Bienal Iberoamericano de Estudios del Desarrollo, 2013.
Simposio de Estudios del Desarrollo. Nuevas rutas hacia el bienestar social, económico y ambiental.
Sede: Universidad de Santiago de Chile, Chile, del 7 al 10 de enero de 2013.

- PUTNAM, R. D. & GOSS, Kristin A. (2003): Introducción, In PUTNAM, R. D. (Ed): El declive del capital social: un estudio internacional sobre las sociedades y el sentido comunitario. Barcelona, Galaxia Gutenberg Ed.
- REIS, M. C. (2003): Interrogando a Economia do Desenvolvimento acerca dos processos de desenvolvimento. Aspectos Recentes da Economia e da Política Brasileiras, ITAÚNA - MG, v. XIII, n.9, 2003.
- REIS, M. C. (2004): Regulação de Conflitos Sócio-Ambientais: notas a partir das contribuições de Fernand Braudel, Norbert Elias e Boaventura de Sousa Santos.. In: I Congresso Acadêmico Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 2004, Rio de Janeiro. CADMA 2004 - ADMINISTRAÇÃO PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2004. v. 1. p. 151-151.
- REIS, M. C. (2005a): Pós-Desenvolvimentismo: desenvolvimento local e sua gênese. Aspectos Recentes da Economia e Política Brasileiras, Itaúna-MG, v. 14, n.14, p. 49-69, 2005.
- REIS, M. C. (2005b): Apreensão da realidade, projetos políticos em disputa e desenvolvimento: Notas a partir das contribuições de Fernand Braudel, Norbert Elias e Boaventura de Sousa Santos.. In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia., 2005, Belo Horizonte. Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005.
- REIS, Márcio C. (2006): Desenvolvimento local e espaços sociais ampliados. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ.
- REIS, M. C. (2008): O debate desenvolvimentista e as representações do desenvolvimento local. In: Maria Verônica Secreto; Maria José Carneiro; Regina Bruno.. (Org.). O Campo em Debate. O Campo em Debate. 1ed. Rio de Janeiro; Seropédica-RJ.: Mauad X; EDUR, 2008, v. , p. 175-198.
- REIS, M. C. (2009a): SAN como representação do Desenvolvimento: reflexões em torno de um conceito e sua prática. In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009, Rio de Janeiro. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia - Sociologia: Consensos e Controvérsias, 2009.
- REIS, M. C. (2009b): Ampliação dos espaços sociais a partir da teoria política e econômica liberal e suas conseqüências em termos de estratégias de desenvolvimento. In: XIV Encontro Nacional de Economia Política; IX Colóquio Latinoamericano de Economia Política, 2009, São Paulo. XIV Encontro Nacional de Economia Política; IX Colóquio Latinoamericano de Economia Política, 2009.

- REQUIER-DESJARDINS, Denis (1996): L'économie du développement et l'économie des territoires: vers un démarcage intégré? In ABDELMALKI, L. & COURLET, C. (Org.) (1996): Les nouvelles logiques du développement: globalisation versus localisation. Paris, Éditions L'Harmattan.
- ROMO, H. G. (1988): Lecciones de Economía Marxista. México, Fondo de Cultura Económica.
- SACHS, Ignacy (2002): Desenvolvimento Humano, Trabalho Decente e o futuro dos Empreendedores de Pequeno Porte no Brasil. Brasília, Ed. Sebrae.
- SANTOS, Boaventura de Souza. (2000): Crítica à Razão Indolente: contra o desperdício da experiência. SP Cortez.
- SCHUMPETER, Joseph A. (1982): A Teoria do Desenvolvimento Econômico. S.P., Abril Cultural.
- SEITZ, J.: A Política do Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1991.
- SINGER, Paul (1999): O Brasil na Crise: perigos e oportunidades. São Paulo, Ed. Contexto.
- SINGER, Paul (2000): Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo, Ed. Contexto.
- SINGER, Paul (2003): Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In SINGER, P. & SOUXA, André R. de: A Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo, Ed. Contexto.
- SINGER, Paul. (2004): Um olhar diferente sobre a economia solidária. In FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de & LAVILLE, Jean-Louis: Economia Solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre, UFRGS Editora.
- SKIDMORE, David (2001): Sociedade Civil, Capital Social e Desenvolvimento Econômico. In ABREU, Alzira Alves de: Transição em Fragmentos: desafios da democracia no final do século XX. Rio de Janeiro, Ed. FGV.
- SOUZA, Maria de Lourdes O.: Participação em Associação de Pequenos Produtores: dilemas da administração coletiva. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-graduação em Administração Rural da Universidade Federal de Lavras. Lavras, Minas Gerais, UFLA., 1995.
- STORPER, M. (1994): "The Regional World: Innovation as Collective Action", Guildford,

Memoria del Foro Bienal Iberoamericano de Estudios del Desarrollo, 2013.
Simposio de Estudios del Desarrollo. Nuevas rutas hacia el bienestar social, económico y ambiental.
Sede: Universidad de Santiago de Chile, Chile, del 7 al 10 de enero de 2013.

- SUNKEL, O. (2000): Desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência, marginalização e desigualdades espaciais: por um enfoque totalizante. In BIELCHOWISKY, R. (Org): Cinquenta anos de pensamento da CEPAL. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2000. (Artigo originalmente publicado in *Eure – Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales*, vol. 1, n. 1, Santiago do Chile, Centro Interdisciplinario de Desarrollo Urbano y Regional/Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CIDU/CLACSO), s/d.
- SWEEZY, P. M. (1982): Teoria do Desenvolvimento Capitalista. R. J., Zahar Ed.
- TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. (1993): Desajuste Global e Modernização /conservadora. R. J., Paz e Terra.
- VAILLANCOURT, J.G. (1995a): Sustainable Development: a sociologist's view of the definition, origins and implications of the concept. In MEHTA, D. & OUELLET, E.: *Environmental Sociology: theory and practice*. York Captus Press.
- VAILLANCOURT, J.G. (1995b): *Sociology of the Environment: from human ecology to Ecosociology*. In MEHTA, D. & OUELLET, E.: *Environmental Sociology: theory and practice*. York Captus Press, 1995.
- VALENTIM, Rosa de Fátima (2003): O capital social como um dos elementos que compõem a dinâmica do desenvolvimento regional. Recife. V Encontro de Economistas de Língua Portuguesa, 5 - 7 de novembro de 2003.
- VASCONCELOS, M. J. E. (2002): *Pensamento Sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Campinas, Papirus.
- VILLARREAL, R. (1986): *La Contrarrevolución Monetaria: teoría, política económica e ideología del neoliberalismo*. México, Fondo de Cultura Económica.
- VINCENT, Andrew (1995): *Ideologias Políticas Modernas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- WALLERSTEIN, Immanuel (2002): *Após o Liberalismo*. Petrópolis, R.M., Ed. Vozes.
- WEBER, Max (2002): *O Espírito do Capitalismo*. São Paulo, Ed. Martin Claret, 2002.
- WILBER, Charles K. & FRANCIS, Steven (1988): A Base Metodológica da Economia do Desenvolvimento de Hirschman: modelo de padrões versus leis gerais. In: Foxley, Alejandro & McPherson, Michael & O'Donnell, Guillermo (Org) (1988): *Desenvolvimento e Política e Aspirações Sociais: o pensamento de Abert Hirschman*. São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais.

Memoria del Foro Bienal Iberoamericano de Estudios del Desarrollo, 2013.
Simposio de Estudios del Desarrollo. Nuevas rutas hacia el bienestar social, económico y ambiental.
Sede: Universidad de Santiago de Chile, Chile, del 7 al 10 de enero de 2013.

WILSON, Rob & DISSANAYAKE, W.(Org): Global/Local: cultural productionandthetransnationalimaginary. Durham, USA, Duke University Press, 1996.

WOOLCOCK, Michael NARAYAN, Deepa (2000): Capital social: Implicaciones para lateoría, lainvestigación y las políticas sobre desarrollo. World Bank Research Observer, Vol. 15, nº 2 (2000).Disponibleem (<http://www.worldbank.org/poverty/scapital/>).

WOOLCOCK, Michael (2001): La importanciadel capital social para comprenderlos resultados económicos y sociales. In WOOLCOCK, Michael: Using Social Capital: Getting the Social Relations Right in the Theory and Practice of Economic Development. Princeton, NJ: Princeton University Press.